

Sindicato se reúne com presidente do BRB



Da esquerda para a direita: Laécio Barros, Rodrigo Britto, André Nepomuceno, Ricardo Vieira, presidente do BRB, Kleyton Morais e Antonio Eustáquio

O presidente do Sindicato, Rodrigo Britto, o secretário-geral, André Nepomuceno, e os diretores Antonio Eustáquio e Kleyton Morais se reuniram, na quarta-feira 11 de junho, com o presidente do BRB, Ricardo Vieira, e com o diretor Laécio Barros para tratar de assuntos de interesse do funcionalismo.

A primeira e principal indagação do Sindicato foi sobre o processo de venda do BRB. O presidente do banco afirmou que a consultoria KPMG, contratada para precificar o BRB e a folha de pagamento dos servidores do Governo do Distrito Federal (GDF), tem até nove de julho para entregar o estudo ao governo local.

Vieira disse ainda que a decisão final sobre o futuro do banco cabe ao governador José Roberto Arruda (DEM), embora ele (Vieira) tenha afirmado que o BRB “tem plenas condições de permanecer como banco público do Distrito Federal” e que o mesmo já se encontra ajustado aos novos di-

tames da Convenção de Basiléia II. O novo presidente lembrou que o BRB apresentou lucro acumulado de R\$ 48 milhões no primeiro quadrimestre de 2008. A projeção, segundo Vieira, é de que o banco encerre o semestre com um resultado superior a R\$ 60 milhões.

Reorganização administrativa

O presidente afirmou que o BRB já passou por uma grande reorganização nos últimos meses, tendo sido, inclusive, criada uma nova diretoria e que, por isso, não haverá maiores alterações na área administrativa, apenas ajustes que visem otimizar o foco da instituição, que é fazer negócio, priorizando melhorias nos pontos de atendimento.

Novas contratações

Após reivindicação do Sindicato, Ricardo Vieira informou que solicitou ao DEGEP um levantamento

detalhado sobre a necessidade de novos funcionários diante da constatação de carência generalizada, principalmente nos pontos de atendimento, conforme demanda dos próprios gestores destas unidades. Somente após a conclusão do levantamento é que a diretoria do banco vai deliberar sobre as novas contratações, porém, o presidente não descarta esta hipótese. Vieira disse ainda que está descartado qualquer programa de desligamento incentivado, haja vista que o BRB precisa é de mais funcionários.

PCS

Ricardo Vieira informou que determinou a suspensão da implantação de alterações no PCS que ocorreriam em 1º de julho, fundamentado no fato de que não tivera tempo para conhecer melhor as propostas de alteração. O presidente disse ainda que determinou ao DEGEP a formatação de um novo modelo de PCS a ser implan-

tado em 1º de janeiro de 2009. O Sindicato cobrou o cumprimento de cláusula do acordo coletivo que determina a formação de comissão paritária para esta discussão, ao que o presidente do banco disse que, certamente, haverá.

Auxílio-educação

O Sindicato cobrou uma formatação definitiva do programa de educação que, segundo informações preliminares, estaria contemplado dentro da proposta da UNABRB. Embora avanços já tenham sido obtidos após a campanha salarial de 2007, como a extensão do programa para os novos funcionários, o Sindicato cobra celeridade na formatação definitiva do programa de educação, pois o modelo deve ser ampliado, uma vez que o mesmo ainda se apresenta de pouco alcance.

“O banco deve efetivamente investir na qualificação de seus funcionários, saindo do discurso e partindo para a prática”, afirma Kleyton Morais, diretor do Sindicato.

Sindicato reforça posicionamento em conversa com Ricardo

Futuro do banco

O Sindicato cobrou informações objetivas quanto a possíveis definições acerca da incorporação do BRB pelo Banco do Brasil. Ricardo Vieira disse que não poderia se manifestar sobre o assunto, por se tratar de decisão que compete ao acionista majoritário e que passa pelo crivo da sociedade e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O Sindicato reiterou sua posição expressa na campanha que vem realizando em defesa do BRB Público e contra a privatização. "Ressaltamos também a necessidade de o banco firmar expressamente com os funcionários compromisso com uma transição que resguarde o emprego, o salário e os direitos dos bancários do BRB, caso venha a se confirmar a incorporação pelo Banco do Brasil", diz André Nepomuceno, secretário-geral do Sindicato.

O presidente assumiu o compromisso de receber o Sindicato periodicamente, mantendo os funcionários informados e tratando das questões referentes ao destino do banco e a outros assuntos de interesse dos funcionários.

Marca BRB

Citando a pesquisa de opinião pública recentemente encomendada e divulgada, o Sindicato reiterou que o grande diferencial do BRB está na marca sólida e na presença em todo o DF, há décadas, mas sobretudo na qualidade e especialidade do atendimento e do relacionamento com a clientela e usuários, bem como no seu papel social.

Não é à toa que é o mais reconhecido como banco público do DF (90%) e que 68,8% da população se colocam contrários à privatização.

Expansão

Ricardo Vieira disse que sua tarefa principal é tocar o banco, trabalhar pelo aprimoramento e expansão das carteiras e produtos, e, reconhecendo em parte a situação complexa e adversa por que passa o corpo de funcionários, fez

O BRB
é nosso,
é do DF.



questão de insistir na necessidade de superá-la, por que os trabalhos não podem sofrer inconsistência.

O Sindicato lembrou que os funcionários já vêm mantendo o funcionamento do Banco, sustentando-o apesar de todos os fatos ocorridos em 2007, e apesar de sucessivas diretorias que não estabeleceram uma linha de atuação coerente e um comando profissional e coordenado. "Afirmamos também que não se pode cobrar sacrifícios dos funcionários, pois já vêm desempenhando ao máximo suas responsabilidades, em condições adversas alheias à sua alçada", conta André Nepomuceno, secretário-geral do Sindicato.

Operação Aquarela

Lembrando o compromisso por ele assumido quando da sabatina na CLDF, de que não deixaria sem apuração rigorosa, por auditoria e pela área jurídica, nenhuma denúncia que a ele chegasse e que se provasse consistente, o Sindicato externou sua preocupação com os desdobramentos da operação Aquarela.

Em decorrência da referida operação, é sabido que, no âmbito administrativo foi formada comissão mista, entre BRB e Corregedoria do Geral do DF, que apurou e efetuou a penalidade de destituição de cargo público para o ex-presidente Tarcísio Franklin, impedido de exercer cargo público distrital por cinco anos, e de demissões por justa causa para o ex-diretor da DIRAT, Ari Alves Moreira e para o ex-diretor da Cartão BRB, Rildo Ramalho Pinto.

Sem prejuízo do prosseguimento do processo no âmbito da Justiça Criminal, estes senhores receberam a pena máxima administrativa, e deixaram triste memória, além de uma herança altamente lesiva ao patrimônio e à imagem do BRB.

Há outros funcionários do banco citados como envolvidos nos ilícitos e nas irregularidades, com elementos robustos para justificar a abertura de procedimentos internos para apurar responsabilidades ativas ou passivas.

Nomeações políticas

Recentemente o Sindicato recebeu informações de que estão acontecendo comissionamentos em FG's que não respeitam critérios técnicos e nem de mérito.

Tais indicações afrontam o curso normal do preenchimento de FG's, inclusive quanto à ordem dos candidatos aptos ou em treinamento para as funções, e teriam motivação política, constituindo-se em privilégios inaceitáveis. Uma boa oportunidade para a nova direção mostrar que veio para melhorar.

mentos Vieira

Sindicato cobra melhorias no PPR

O destaque vai para os contratos feitos sem o devido procedimento licitatório e sem acompanhamento correto, incluídas as subcontratações absolutamente desprovidas de critérios, realizadas via Cartão BRB e área de informática do Banco, que infelizmente envolveram funcionários e funcionárias que ganhavam duplamente: via banco e via prestação de serviços enquanto pessoas jurídicas. Também não foram só ex-diretores que receberam verbas ilícitas de cartões de crédito corporativos, ou semelhantes, distribuídas à farta com critério totalmente aleatório, em caráter pessoal, ou seja, sem critério algum.

Como se sabe, e já anteriormente denunciado pelo Sindicato, aponta-se uma lista vasta de irregularidades, com vistos em notas fiscais pelos próprios emitentes e repasses a empresas em que o “gestor” participava como sócio, ou beneficiava suas relações de caráter ítimo e pessoal.

Dólares no armário

Um dos casos mais gritantes, amplamente noticiado pela imprensa, que guarda relação direta com os desdobramentos da Operação Aquarela diz respeito à apreensão pela Polícia Civil, em junho de 2007, em força tarefa composta pelo Ministério Público e Receita Federal, de cerca de U\$ 200 mil, aproximadamente 500 mil reais. A quantia estava em posse dos ex-gerentes da Mesa de Negócios e de operações financeiras do BRB, César Veiga de Guimarães e Paulo Morais Júnior.

O processo está na Comissão Mista BRB/Corregedoria e há informação de que o parecer da auditoria do banco é pela demissão por justa causa.

O Sindicato cobrou do presidente do banco rigoroso acompanhamento de todos os casos e que, independente do futuro do banco, as irregularidades sejam devidamente apuradas e responsabilizados os que praticaram ou anuíram com desvios e crimes. O BRB tem autonomia disciplinar para adotar os procedimentos necessários e tem sido rigoroso quando se trata de desvios menores detectados em trabalhos rotineiros, como a extrapolação de cheque especial motivada por dramas pessoais.



À esquerda, os diretores do Sindicato Kleyton Morais (de camisa verde) e Antonio Eustáquio (de camisa preta) negociam com os integrantes do Comitê de Administração e Custos, gestor do PPR

Em negociação com o Comitê de Administração e Custos (gestor do PPR), ocorrida na quarta-feira 18, o Sindicato iniciou a discussão do programa para o segundo semestre de 2008.

Na ocasião, o Sindicato tomou conhecimento da proposta apresentada pelo banco, que, em linhas gerais, não difere do modelo já em vigor.

O Sindicato ficou de apresentar sua proposta em negociação marcada para o próximo dia 26 de junho (quinta-feira).

Durante a reunião com o comitê, os dirigentes sindicais solicitaram informações sobre as metas relativas ao primeiro semestre de 2008.

A situação é a seguinte:

- Está praticamente descartado o atingimento de 100% das metas;
- Os gestores trabalham com a perspectiva de ultrapassar o patamar de 80% do cumpri-

mento das metas, propiciando, assim, o pagamento de 75% do valor da premiação;

- Dentre os produtos com maior dificuldade, aquele que apresenta o percentual mais baixo de realização é o Plano Empresarial.

“O não alcance da totalidade das metas decorre, dentre outras coisas, da superestimação de metas; aliás, metas estas cuja discussão não envolve o conjunto dos trabalhadores do BRB”, critica Antonio Eustáquio, diretor do Sindicato.

SABATINA RICARDO VIEIRA

Erika Kokay pergunta se o novo presidente aceitaria comandar a privatização do BRB

Durante a sabatina realizada pela Comissão de Economia e Finanças da Câmara Legislativa do Distrito Federal em 29 de maio – acompanhada pelo Sindicato –, a deputada distrital Erika Kokay (PT) perguntou a Ricardo Vieira se aceitaria, caso chamado pelo governador José Roberto Arruda (DEM), comandar a privatização do BRB. Vieira não respondeu à pergunta de forma objetiva, alegando que essa possibilidade caberia ao acionista majoritário e ainda não está determinada, bem como teria que passar pelo crivo da Câmara Legislativa.



PLR DO 2º SEMESTRE DE 2006

Sindicato vai recorrer em 2ª instância

O juiz Augusto César Alves Barreto, da 15ª Vara do Trabalho de Brasília, rejeitou, em audiência realizada no último dia 10, recurso ajuizado pelo Sindicato cobrando do BRB o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) referente ao segundo semestre de 2006. O Sindicato vai recorrer em segunda instância.

“Vamos continuar lutando na Justiça por esse direito legítimo dos bancários do BRB. Os funcionários e o Sindicato querem nada mais que o reconhecimento do esforço coletivo dos funcionários para a construção do lucro do banco”, afirma Antonio Eustáquio, diretor do Sindicato.

No julgamento do mérito, o juiz afirmou: “Ora, seja a pedido ou por determinação do Banco Central, o certo é que o Banco reclamado solicitou e foi autorizado a proceder a ajustes no provisionamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, no valor de R\$ 59 milhões, em contrapartida da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados (fls. 117)”.

Augusto César Alves Barreto continua: “Realizado o provisionamento, foi gerada base de cálculo negativa, de modo a não ser efetivamente apurado lucro líquido no período e, conseqüentemente, deixou de distribuir dividendos para os acionistas e de ser distribuídos aos seus empregados a PLR do período vindicado. Destarte, com esteio na fundamentação retro, não havendo efetivamente lucro, indefere-se a pretensão do sindicato autor”.

Juiz não aceita argumento do BRB

Apesar de ter rejeitado, em 1ª instância, o recurso ajuizado pelo Sindicato, o juiz Augusto César Alves Barreto não aceitou justificativa do BRB de que a ação é incabível. O banco alegou que o não pagamento de salários seria condição essencial ao seu ajuizamento, nos termos do parágrafo 872 da CLT, fato inexistente na ação, onde se reclama participação nos lucros e resultados.

O juiz afirmou que o parágrafo 872 da CLT trata apenas de uma das hipóteses de ação de cumprimento, mesmo porque, “se não prevê expressamente, também não veda o ajuizamento de outras ações com vistas à efetivação de uma cláusula do Acordo Coletivo”.

Ainda de acordo com Augusto César, entendimento noutro sentido possibilitaria ao empregador descumprir livremente cláusulas pactuadas previstas em acordo coletivo, sem possibilidade de discussão judicial, o que seria inaceitável.

O BRB também questionou a legitimidade do Sindicato em acionar a Justiça, sob o fundamento de que não foi convocada assembléia geral para decidir sobre o ajuizamento da ação.

O juiz da 15ª Vara do Trabalho argumentou que o próprio artigo 872 da CLT autoriza a substituição processual do sindicato independente de outorga de poderes dos seus associados, “o que dispensa não só a procuração, mas também a autorização expressa da assembléia geral”.

Retrospectiva

O Sindicato participou, em 6 de setembro de 2007, da primeira audiência de conciliação, na 15ª Vara do Trabalho, sobre a participação nos lucros e resultados do BRB referente ao segundo semestre de 2006.

A direção do banco não apresentou proposta. Mas o juiz insistiu na via negocial e, com a concordância de ambas as partes, marcou nova audiência para o dia 20 de novembro.

“Nesse intervalo o Sindicato procurou o banco para buscar sua real disposição de contemplar esse legítimo direito dos funcionários do BRB, antes do julgamento do nosso pleito”, lembra André Nepomuceño, secretário-geral do Sindicato.

Por falta de proposta por parte do banco, terminou sem acordo com o Sindicato a segunda e última audiência de conciliação na Justiça do Trabalho, realizada no dia 20 de novembro do ano passado.

Luta pelo pagamento da PLR

Em virtude da negativa da direção do BRB em pagar a PLR do segundo semestre de 2006, os delegados sindicais, reunidos em 12 de junho de 2007, decidiram ajuizar ação judicial para cumprimento de cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho que trata da PLR.

O Sindicato cobrou de todos os presidentes que passaram pelo banco, desde Tarcísio Franklim de Moura, remanescente do governo Roriz, e responsável pelo balanço de 2006, passando pelo presi-

dente fugaz Roberto Figueiredo, e ainda por Laécio Barros. Este último, em resposta a cobrança do Sindicato, reconheceu a legitimidade do direito dos funcionários em receber a PLR, mas argumentou que, após minuciosa avaliação jurídica e contábil do banco, não encontrou forma para realizar o pagamento. Após esta última tentativa, não restou outro caminho senão o ajuizamento da ação.

O BRB, no exercício de 2006, apresentou lucro líquido de R\$ 89 milhões, sendo R\$ 58 milhões somente no segundo semestre, o que,

pelo acordo coletivo, daria uma participação nos lucros de 18% de forma linear – resultando em um valor superior a R\$ 4 mil por funcionário.

A diretoria anterior do banco, que se desligou em abril de 2007, realizou, como último ato de sua desastrosa gestão, artifício contábil – previsto em normativas do Banco Central – para provisionar todo o lucro da instituição em face de uma necessidade determinada pelo próprio BC, resultante do não recolhimento de tributos ainda da década de 90 – situação essa sub judice.

Campanha Salarial 2008

O Sindicato realiza dias 5 e 12 de julho o 4º Congresso dos Bancários de Brasília, momento em que se discutirá a estratégia da próxima campanha salarial. É fundamental a participação dos funcionários do BRB, principalmente em virtude da situação pela qual ele passa: a possível incorporação pelo Banco do Brasil. O Sindicato chama atenção ainda para a necessidade de eleição dos delegados sindicais, auxiliares fundamentais na campanha salarial.